



ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DE ENSINO DAS DISCIPLINAS DE CÁLCULO PARA ESTUDANTES SURDOS

CALDEIRAS, Gilvan Silva¹ – IFG – Câmpus Jataí

SOUZA, Rita Rodrigues² - IFG – Câmpus Jataí

31º Congresso de Educação Goiano/CONADE – Os desafios das Licenciaturas no Brasil

4ª Edição Internacional e 7º Nacional

Simpósio: Matemática no ensino e na formação

Resumo: O presente trabalho investiga a atuação docente no ensino das disciplinas de Cálculo para estudantes surdos no curso de Agronomia. O entendimento sobre a inclusão escolar e os processos que incluem o ensino dos estudantes surdos na área da Matemática são necessários para a formação e compreensão dos docentes no processo pedagógico. Autores como Mantoan (1993), Luckesi (2006), Nóvoa (1992), Freire (1996) e Libâneo (1994) serão usados como referenciais teóricos. Propõe-se executar uma pesquisa, sob o ponto de vista aplicado, tendo seus objetivos explorados de forma descritiva, com abordagem qualitativa. São objetivos da pesquisa em andamento: conhecer a realidade do ensino das disciplinas de Cálculo no curso de Agronomia; identificar se o ensino vivenciado pelos alunos surdos tem suprido as dificuldades deles na aquisição dos saberes das disciplinas de Cálculo; levantar os principais desafios enfrentados pelos professores no ensino das disciplinas de Cálculo para os estudantes surdos. A investigação será realizada em três etapas: revisão bibliográfica para levantar a literatura disponível sobre o tema, desenvolver uma pesquisa campo, investigar os conhecimentos prévios dos docentes da área de Matemática em relação à inclusão. Como resultados esperados intenciona-se a obtenção de subsídios para a formação docente e aprimoramento pedagógico.

Palavras-chave: Atuação docente. Matemática. Surdos.

Introdução

A discussão de propostas sobre inclusão escolar no Brasil torna-se cada vez mais necessária para romper os preconceitos das pessoas com deficiência, bem como estimular a aprendizagem de modo mais colaborativo. Diante da importância dessa



temática pretende-se trilhar neste trabalho em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Jataí, caminhos que abordam aspectos relativos à inclusão de estudantes surdos no processo de ensino aprendizagem das disciplinas de Cálculo.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, caracteriza o aluno deficiente como sendo o indivíduo cuja participação na escola e na sociedade não é considerada plena e efetiva, devido a impedimentos que podem ser físicos, mentais, sensoriais ou intelectuais (Brasil, 2008). A inclusão escolar, que se defende e se deseja, é um desafio a ser superado pelas escolas de educação básica e de ensino superior.

No estudo de Muniz, Peixoto e Madruga (2018), são pontuados os desafios vivenciados por professores de Matemática. Demonstrou-se que utilizar as salas de recursos multifuncionais aumenta as possibilidades de inclusão de alunos com deficiência. Diante desse cenário, os cursos de formação de professores são solicitados a assumir o compromisso de uma formação que valorize a diversidade, bem como o compromisso social e ético, visto que o próprio ato de educar deve carregar a preocupação com a emancipação de cidadãos críticos e ativos.

Desenvolvimento

A educação para alunos com deficiência, na perspectiva da inclusão, começou a ganhar forma a partir de 1994, devido à Conferência Mundial de Educação Especial que tratou diretrizes a serem seguidas pelos países nela representados. Fomentou os primeiros passos para uma educação que pressupõe um caráter presencial igualitário. Dessa conferência, originou a Declaração de Salamanca, que proclama:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; [...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades [...] (Brasil,



1994).

O Brasil como país signatário da Declaração de Salamanca já havia, por ocasião da promulgação da Constituição de 1988, dado a partida para a construção de um sistema educacional inclusivo ao estabelecer o direito a uma educação de qualidade para todos. Na concepção de Mantoan (1993, p. 6), a inclusão demanda mudança no cenário escolar, já que um processo educacional inclusivo “não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

De acordo com o mapeamento realizado por Muniz (2018) nos anais dos Fóruns Nacionais de Licenciatura em Matemática, encontram-se argumentações sobre o tema apenas a partir do ano de 2014; o enfoque maior de pesquisas é a partir de 2017, pontuando principalmente a formação dos professores de Matemática de forma deficitária com enfoque na inclusão, sendo que a pesquisa mais relevante focou as possibilidades para o professor atuar com os alunos surdos por meio de metodologias como o aprender a se comunicar por meio da Libras.

A formação docente deve contribuir para o processo inclusivo dos alunos com e sem deficiência. Ainda, deve provocar mudança por meio do conhecimento e de reflexão das práticas docente em sala de aula. Segundo Nóvoa (1992, p.27), “a formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite dinâmicas de auto-formação participada”. Na Pedagogia Crítica, a Didática apresenta-se mais interessada com o trabalho do professor, com as atividades do ensino e com a aprendizagem do aluno. Em Libâneo (1994, p. 70), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

A Pedagogia Crítico-Social dos conteúdos atribui grande importância à Didática, cujo objeto de estudo é o processo de ensino nas suas relações e ligações com a aprendizagem. As ações de ensinar e aprender formam uma unidade, mas cada uma tem a sua especificidade. A Didática tem



como objetivo a direção do processo de ensinar, tendo em vistas finalidades sócio-políticas e pedagógicas e as condições e meios formativos; tal direção, entretanto, converge para promover e auto-atividade dos alunos, a aprendizagem.

Freire (1996) diz que é fundamental que o professor realize uma reflexão crítica sobre sua prática e teoria. Esse processo de reflexão de suas ações traz benefícios para o aperfeiçoamento de sua prática. A pesquisa será desenvolvida de forma aplicada, com abordagem qualitativa, o ambiente da investigação será o Instituto Federal Goiano, tendo como objetivos: conhecer a realidade do ensino das disciplinas de cálculo no curso de agronomia; identificar se o ensino vivenciado pelos alunos surdos tem suprido as suas dificuldades na aquisição dos saberes das disciplinas de cálculo; levantar os principais desafios enfrentados pelos professores no ensino das disciplinas de cálculo para os estudantes surdos.

A investigação será realizada em três etapas: revisão bibliográfica para levantar a literatura disponível sobre o tema, desenvolver uma pesquisa campo, investigar os conhecimentos prévios dos docentes da área de matemática, para inserir práticas pedagógicas destinadas a estudantes surdos, intentando para a formação docente e aprimoramento pedagógico.

Considerações Finais

A relevância da pesquisa incide no fato de tratar a prática pedagógica dos docentes das disciplinas de Cálculo. Os resultados poderão apresentar subsídios necessários para que os professores consigam compreender as especificidades dos alunos surdos e vencer os desafios de lidar com sujeitos que possuem cultura e língua diferente da comunidade ouvinte, com isso haverá um ensino aprendizagem concreto na apropriação do conhecimento da Matemática.

Deste modo, podemos entender que a pesquisa será realizada em ambiente acadêmico superior, visando conscientizar e formar docentes da área matemática, a



partir de oficinas pedagógicas formativas que trarão reflexões, conceitos e implicações para desenvolver estratégias que alcancem as particularidades dos sujeitos surdos na aquisição dos conhecimentos, onde também serão ouvidos relatos, conclusões e opiniões dos docentes participantes, para romper os desafios inerentes à essas práticas pedagógicas.

Referências

BRASIL. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. In: **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 20 de set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Ed. Cortez, São Paulo, 1994.

LUCKESI, C, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 18 ed- São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como se faz?** São Paulo: Moderna, 2003.

MUNIZ, Salvador Cardoso Silva. **A inclusão de surdos nas aulas de Matemática: uma análise das relações pedagógicas envolvidas na tríade professora – intérprete – surdo**. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

MUNIZ, Salvador Cardoso Silva; PEIXOTO, Jurema Lindote Botelho; MADRUGA, Zulma Elizabete de Freitas. **Desafios da Inclusão de surdos na aula de Matemática**. Cocar, Belém, v.12, n.33, p.215-239, jan/jun.2018.

NÓVOA, António. **Vidas de professores**: Lisboa: Porto Editora, 1992.